



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
FÓRUM ESTADUAL PERMANENTE DE APOIO À FORMAÇÃO DOCENTE

**ATA DA 6ª REUNIÃO DO FÓRUM PERMANENTE ESTADUAL DE APOIO À
FORMAÇÃO DOCENTE**

Aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dez (2010), no horário de 9:00 às 12:30 h, foi realizada na sala de reunião do Conselho de Reitores das Universidades Cearenses – CRUC, a 6ª. Reunião do Fórum Estadual Permanente de Apoio à Formação Docente. Participaram da reunião: a profa. Marta Emília Silva Vieira, representando a Secretária da Educação – Presidente do Fórum e as professoras Erizeny Braga Cavalcante, Tania Maria Rodrigues Lopes e Raimunda Pereira de Macedo Oliveira – COGEP/CEDEP; os professores Francisco das Chagas Miranda e Helena Costa Lopes de Freitas, representando o MEC; o analista de sistema Bruno Zenóbio (CAPES); a profa. Ludmila Apoliano Gomes Albuquerque, representando a UVA; os professores João Luís do Nascimento Mota e George Pimentel Fernandes, representando a URCA; as professoras Josefa Lineuda da Costa Murta, Elivânia da Silva Moraes e Francisco Fábio Castelo Branco, representando a UECE; Gilmar Lopes Ribeiro, representando o IFCE; o professor Sérgio Bezerra Silva Neto, representando a CNTE/APEOC. A reunião foi iniciada pela professora Marta Emília, saudando os presentes e justificando a ausência da Secretária de Educação, profa. Izolda Cela que se encontra participando do governo itinerante. A professora Marta Emília destacou as principais dificuldades enfrentadas pela SEDUC nesse período de operacionalização do Plano, enfatizando principalmente o desencontro e duplicidade de informações do MEC/CAPES para as IES e Secretaria, situação que em algumas vezes criou entraves e dificuldades no processo de comunicação. Ressaltou a perspectiva das principais informações, recomendações e orientações ao invés de serem repassadas por telefone, virem mediante comunicação oficial. Destacou ainda a dificuldade de comunicação com as SMEs e da solicitação formal à UNDIME da disponibilização os emails dos(as) secretários(as) com foco na agilização dos processos. Em seguida, passou a palavra para a professora Helena Freitas. A professora iniciou sua fala numa perspectiva crítica retomando as observações, sugestões e recomendações da reunião anterior com relação à oferta de vagas na demanda social. *“Esse tipo de ofertas não atenderá as necessidades de formação dos trabalhadores, não é fácil convencer os gestores do apoio a formação apesar dos acordos assinados através do PAR. Entre a formação e a sobrevivência, o professor vai optar por continuar trabalhando e abandonar a formação”*. Recomendou que a SEDUC organize e realize seminários com os SMEs antes que a situação se torne mais grave, *“é preciso retomar com os SMEs os compromissos assumidos por ocasião da adesão ao PAR”*. A professora Ludmila interferiu, comentando em linhas gerais o relatório encaminhado à CAPES, descrevendo a situação dos cursos iniciados em 2009, particularmente do expressivo número de evasões já detectado. A mesma destacou do relatório três pontos fundamentais: *“1- Falta de incentivo dos gestores com transporte e alimentação; 2- Não há transporte para retornar as suas casas no sábado a tarde, por isso*

muitos alunos só assistem aula pela manhã; 3- Planejamento pedagógico ou aulas estão sendo realizadas em suas escolas aos sábados e não é permitido a ausência do professor em sua escola sob pena de contabilizar faltas, bem como, risco de perder emprego (municipal – temporário).” Destacou ainda os problemas com as inscrições validadas 2010.1- UAB/UECE que os professores estão buscando a UVA para efetivarem suas matrículas. Nesse momento, a professora Elivânia – UECE, enfatizou “há questões que estão além das IES (filtro das inscrições, apoio das SMEs), que estão afetando o trabalho das universidades”. Aproveitou para cobrar uma decisão sobre o processo seletivo 2010.1, tendo em vista o calendário da Universidade, a autonomia nas decisões e o compromisso com o aluno. Comentou que “a UECE não abre mão do processo seletivo e que a Instituição não vai assumir os custos porque essa é a contrapartida da SEDUC; que essa decisão já foi consolidada em reuniões anteriores e que vê com preocupação o fato da quebra de processo unificado da IES do Ceará”. A professora Ludmila retomou a palavra destacando que o Fórum deve ter “foco em questões mais importantes, que é necessário avançar nestas questões ao invés de ficar discutindo sucessivamente processo seletivo, que as decisões e a autonomia de cada IES deve ser respeitada”. O analista Bruno comentou que “o Fórum deve resolver coerência sobre tudo em relação ao Plano”. O prof. Aires – UFC, tomou a palavra e observou que “está faltando articulação entre os sistemas para que este funcione, ou seja, falta articulação entre Estado e SMEs”. A profa. Tania destacou comentários dos SMEs da falta de recursos para fomento ao PARFOR em especial, a questão do processo seletivo. A profa. Helena retomou a palavra destacando que é “necessário a definição de um processo que não aprofunde a exclusão. Eles não podem concorrer com as mesmas condições de conhecimentos que os alunos do ensino médio da demanda social”. A profa. Marta Emília pediu a palavra e destacou que no Ceará não há proposta de turmas especiais para o plano. “Sempre vão entrar só os melhores. As pessoas que não tem noção estão concorrendo dentro de uma demanda social. Como oportunizar para quem realmente precisa. Planejar para o próximo ano?” Nesse momento a professora Helena indagou: O Estado tem plano estratégico para execução do Plano? Examinem a situação de cada município. O professor Miranda argumentou “esse plano seria a base para criação de polos – as prefeituras e o Estado fazem proposta de polos. O Estado e os Municípios deverão manter a estrutura”. A CAPES avalia os espaços físicos”. Ressaltou que está aguardando contato da SECITECE para uma reunião cuja temática é a “reestruturação e criação de seis novos polos”. Ressaltou que a indefinição poderá levar a UAB a conversar diretamente com os municípios. Salientou que a UAB não tem recursos para financiar polos. O MEC pode apoiar com recursos. Exemplificou situações do interior do Maranhão que a comunidade se articulou e mobilizou todo o município para apoiar a reorganização e funcionamento de um polo. A profa. Ludmila destacou que não ficou “esclarecido desde o início as atribuições de cada ente no plano, que o termo de adesão não esclarece as competências e responsabilidades dos parceiros”. Marta chamou atenção para “os dados que foram utilizados sempre, o PAR que foi elaborado e revisto, que os dados não foram criados pela SEDUC”. O prof. Sérgio chamou atenção para o número de professores temporários, destacando “Falta das prefeituras e SEDUC um plano que minimize os efeitos da situação, professores que ministram disciplinas para as quais não estão habilitados. Os recursos existem mas não estão sendo bem utilizados – o compromisso político e social dos prefeitos e secretários deixa a desejar. Compromisso também dos professores é tudo reflexo da posição dos dirigentes”. A profa. Helena lembrou a sequencia lógica para o formato do plano: “primeiro os compromissos do PDE, o PAR que deve explicitar o plano de formação municipal”. O prof. Gilmar lembrou que “a

propaganda do MEC gerou amplas expectativas e criou muitos problemas. As instituições estão obrigadas a criar seus critérios de seleção quando a propaganda sugeria uma entrada apenas pela pré-inscrição". Mencionou que o IFCE concorda com um processo seletivo unificado e simplificado; respeita as decisões tomadas no Fórum e sugeriu que *"a CAPES e MEC devem melhorar a plataforma e gestão do Plano em nível nacional"*. Retomou a palavra o analista Bruno afirmando que *"o foco do Plano não é reserva de vagas e sim as turmas especiais. Só as turmas especiais tem financiamento"*. O professor Fábio indagou sobre a definição do processo seletivo, dizendo que para retirar o processo seletivo é preciso mudar o regimento da Universidade. Disse que *"a UECE ainda hoje não recebeu repasses referentes ao Magister, que o Estado deu um calote nas Universidades e que as IES arcaram com a conclusão do financiamento dessa formação"*. A professora Ludmila retomou a palavra afirmando que *"falta articulação política da SEDUC com as SMEs"*. A professora Helena sugeriu que em função das discussões que partíssemos para os encaminhamentos, lamentando a ausência de representantes da UNDIME nesta e na reunião anterior. Sugeriu que *"o fórum deve organizar Grupos de Trabalho para levantar dados e discutir questões específicas, encaminhando-as para apreciação e aprovação nas reuniões"*. Recomendou que se proceda uma *"análise sobre o termo de cooperação da SEDUC, delimitando o seu papel de articulação com os municípios"*. Sugeriu a criação de um *"grupo de estudo e discussão sobre a Política e o Plano envolvendo os SME"*. Disse que é *"necessário e urgente fazer uma varredura para mapear quantos professores precisam de formação inicial"*. Opinando sobre encaminhamentos destacaram-se: a professora Elivânia concorda com levantamento e sugeriu que *"a Presidência do Fórum convoque a UNDIME a participar regularmente das reuniões; a criação de turmas especiais – o financiamento só ficou claro depois do processo inicial; até agora não foi definido o financiamento do processo seletivo; divergência entre orientação CAPES sobre processo seletivo; aplicação de estratégias de mobilização e motivação para o professor comparecer ao processo seletivo; ver ofertas pactuadas; buscar estabelecer melhor relação com os professores da rede pública"*. A profa. Helena opinou afirmando ser necessário *"convocar os professores inscritos, SMEs e pessoas da comunidade para conhecer o Plano"*. O professor deve estar convencido do compromisso com a formação, já houve experiência de formação em massa. Decisão política – igualar condições na entrada para não aprofundar desigualdades na saída. A profa. Ludmila sugeriu que *"esses seminário deverão ser organizados pela SEDUC, por regiões, como o governo itinerante"*. Sugeriu ainda que acrescente no regimento o termo *"especializações"* e as reuniões devem ser realizadas com integrantes do Fórum. A profa. Marta retomou a palavra com o fim de encaminhar as decisões da reunião: 1) calendário de reuniões – a convocação tem que ter uma antecedência de 15 dias para MEC/CAPES e IES interior do Estado – questão das diárias e passagens; reuniões com os Gts encaminhando os trabalhos; 2) republicação da Portaria com informações atualizadas. A profa. Helena sugeriu *"especificidade da formação continuada, indicar titular e suplente devem se dividir entre formação inicial e continuada; a coordenação PARFOR deverá constar na Portaria como Assessoria Técnica. No Fórum deve ter especialistas sobre Formação Continuada. Recomendou ainda que o Fórum convoque a UNDIME a retomar as reuniões para participar das discussões e decisões, mesmo porque o volume expressivo de professores inscritos está sedimentado nas SMEs"*. Sugeriu que os Gts se reúnam para tratar as questões e encaminhamentos específicos da formação Inicial e continuada e que procurem elaborar um Plano de Formação Continuada para o Estado. Ficou estabelecido as seguintes datas de realização de reuniões mensais: Abril – 13; Maio – 11; Junho – 15; Julho – 13; Agosto – 10. Além das reuniões ordinárias, o

Fórum promoverá reuniões sistemáticas dos Gts constituídos: Formação Inicial, Continuada e Regimento. A professora Helena sugeriu que convoque a UNDIME para todas as reuniões dos Gts e procure envolvê-la nas discussões e decisões. A professora Ludmila apresentou a proposta de credenciamento/adesão da UVA à UAB e solicitou ao prof. Miranda as informações para os procedimentos. Disse do interesse da instituição de integrar as ofertas em EAD. O prof. Miranda sugeriu que na próxima reunião do Fórum a decisão da IES fosse colocada em pauta, que as IES ingressem com autorização temporária e que a UAB está dimensionando seu processo de autorização e credenciamento das IES. Prontificou-se a encaminhar as informações necessárias e falou brevemente sobre a justificativa técnica a ser apresentada pela UVA e URCA para ingresso na modalidade junto a DED/UAB. Nada mais havendo a tratar, a profa. Marta Emília, suplente da Presidente encerrou a sessão. Eu, Tania Maria Rodrigues Lopes, lavrei a presente Ata que, após sua aprovação será assinada por todos os presentes.

Fortaleza, 25 de fevereiro de 2010.